



PARECER PRÉVIO Nº 118/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11642/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Jair Aguiar Souto (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Camila Pontes Torres – OAB/AM 12280 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3798/2023-MP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergencia** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas do município de Manaquiri, exercício 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Jair Aguiar Souto**, Prefeito, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96, diante das seguintes irregularidades: a) O gestor não adotou a fonte do recurso 481 quanto aos recursos vinculados às ações de saúde e assistência social; b) A municipalidade não atende aos termos do art. 9º, III, da Lei Federal nº 8080/1991, porque o Secretário ou Diretor de Saúde não é ordenador de despesas; c) A incongruência na variação “depreciação, amortização e exaustão” no Balanço Patrimonial, em descumprimento ao art. 104 e 105 da Lei nº 4320/64;



PARECER PRÉVIO Nº 118/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 118/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 118/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11642/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Jair Aguiar Souto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Camila Pontes Torres – OAB/AM 12280 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3798/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2020.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** que este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE, instaure Tomada de Contas Especial, de acordo o art. 9º, art. 11, parágrafo único e art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica c/c o art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002, em relação à: a) Ausência de Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo Municipal de Saúde, conforme Relatório Conclusivo nº 01/2022-CI/Dicami (fls. 6930/7002); b) Item 7 e subsequentes subitens do Relatório Conclusivo nº 048/2023-Dicop (fls. 7069/7264); c) Falta de materialidade da execução, na lição do art. 73 da Lei das licitações; art. 62 a 65 da Lei federal nº 4.320/64, porque os registros fotográficos não demonstram as datas períodos de execução que pretenderam retratar: na dispensa de licitação nº 58/2019; nos convites nº 04/2019, 02/2020, 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020 e 07/2020 e nas tomadas de preços nº 03/2018, 07/2018, 01/2019, 04/2019, 01/2020, 02/2020 e 04/2020; e d) Dívida de R\$ 77.352,86 (setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos) junto à Amazonas



ACÓRDÃO Nº 118/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 118/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

Energia, conforme fls. 7037/7068;

- 10.2. Determinar** ao município que: a) adote a fonte do recurso 481 quanto aos recursos vinculados às ações de saúde e assistência social; b) a direção do Sistema único de Saúde seja exercida pela respectiva Secretaria de Saúde, nos termos do art. 9º, III, da Lei Federal nº 8080/1991; c) haja correção no Balanço Patrimonial, a fim de excluir a incongruência quanto à variação “depreciação, amortização e exaustão”, em observância ao art. 104 e 105 da Lei nº 4320/64;
- 10.3. Dar ciência** ao **Sr.Fábio Nunes Bandeira de Melo**, advogado do **Sr. Jair Aguiar Souto**, inscrito na OAB/AM sob o nº 4331, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 10.4. Arquivar** o presente processo, após cumpridos os prazos regimentais.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral